

APRESENTAÇÃO
AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS,
COMEMORAÇÕES E REFLEXÕES

*Maria Aparecida Silva de Sousa**
*Nora de Cássia Gomes de Oliveira***

Nas últimas décadas, o tema da formação do Estado e da Nação brasileiros adquiriu enorme expressão com o avanço dos estudos que ampliaram a compreensão da complexidade da crise que envolveu o reino luso-americano. Questionamentos sobre a centralidade do Centro-Sul nas articulações e definições políticas que possibilitaram a emergência de um Estado Independente nas primeiras décadas do Oitocentos; abordagens sobre o impacto dos acontecimentos nas diversas províncias do Brasil, com ênfase em suas singularidades; as formas de intervenção de homens e mulheres livres, indígenas e escravizados em busca por outras liberdades; problematizações sobre o longo processo de conformação da nação, pondo em destaque um continuado quadro conflituoso e incerto de costura dos laços nacionais, estão entre as muitas e diversas questões que permitiram revisitar a historiografia clássica sobre a Independência do Brasil, em permanente e profícuo revigoramento do tema. Longe de resultar em consenso entre os pesquisadores, as análises empreendidas denotam os caminhos sinuosos percorridos por aqueles – conhecidos e muitos ainda anônimos – que atuaram na viabilização da Independência e na posterior consolidação da monarquia constitucional. Conectada às experiências revolucionárias que marcaram o mundo Ocidental na transição do século XVIII para o Oitocentos, a Independência do Brasil, vista hoje em seu sentido mais plural, e a construção do Estado nacional brasileiro pressupõem refletir sobre um conjunto de circunstâncias históricas que extrapolam marcos cronológicos anteriormente consagrados e estimulam a pensar criticamente sobre as origens da nação e a atualidade desse passado.

* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: maria.sousa@uesb.edu.br

** Professora da Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ncoliveira@uneb.br

Nesta direção e motivados pelas reflexões em torno do Bicentenário da Independência, os autores dos textos integrantes do dossiê contribuem para uma melhor compreensão desse acontecimento decisivo que, como realça o prof. Dr. João Paulo Pimenta em sua entrevista, foi “uma grande força politicamente criativa e potencialmente transformadora”, alcançou e envolveu os longínquos recônditos do futuro país, cujos desdobramentos ecoam nos tempos atuais.

As discussões apresentadas pelos pesquisadores contemplam recortes espaciais e temporais que vão além da data do 7 de setembro de 1822, marco oficial da ruptura política do Brasil com Portugal, e dos centros urbanos concentrados no litoral. Vamos adentrar aos sertões do Nordeste (à época região Norte), à historiografia e à memória da Independência. No caminho, será exposto como a redefinição de territórios e fronteiras internas, os diferentes projetos de Estado, a discussão sobre autonomia, centralização e federalismo, as elites políticas, a imprensa, as tensões entre o Poder Legislativo local e geral e a legislação indigenista, trazem à tona outros espaços e sujeitos que permitem compreender como as ideias e ações para efetivar a Independência aconteceram no imenso território que hoje chamamos Brasil.

O dossiê inicia com o artigo de Enock Edson Teixeira do Prado Filho sobre a atuação de um deputado baiano em “A trajetória política de Cipriano Barata no processo de Independência do Brasil (1821-1822)”. A sua análise dos discursos e posições defendidas por Barata naquele contexto faz emergir outra versão daquela consagrada pela historiografia. Diferentemente do mártir da Independência ou do defensor incondicional do Republicanismo, o autor nos apresenta o percurso de um indivíduo que mudou de posição no decorrer dos debates e acontecimentos nas Cortes Portuguesas e no Brasil. Com o aprofundamento das discussões e o caráter centralista das decisões em relação às possessões do Império, Cipriano Barata aparece como defensor da ruptura política com Portugal, da legalidade de D. Pedro como o governante do nascente Império brasileiro e, principalmente, da autonomia e representação provincial, visto que a província, lugar de pertencimento, era a principal referência, na medida em que a Nação ainda estava por se constituir.

O compromisso com a Independência do Brasil reverberou, também, entre as elites locais nos sertões do Nordeste. É o que mostra Lina Maria Brandão de Aras e Rafael Sancho Carvalho Silva, no artigo “O Grito da Independência ecoa no Rio São Francisco”, ao analisarem a posição de adesão das elites do sertão do São Francisco ao projeto de Independência. Os autores discutem a definição do território fronteiriço entre Pernambuco e Bahia, a partir da criação da comarca do São Francisco, e as tensões entre as elites locais e as autoridades portuguesas que ainda atuavam na comarca. Na troca de correspondência, na instalação de inquéritos, nos depoimentos de testemunhas, se revela a diversidade de reações que contribuiu para consolidar a Independência do Brasil, mas, também, serviu para afirmar posições de poder entre a própria elite local.

Os artigos de Edna Maria Matos Antônio e Rosenilson da Silva Santos colocam em cena as províncias de Sergipe e Rio Grande do Norte, respectivamente. Em “Debaixo de sua real proteção a nossa causa: poderes regionais e questões de autonomia na Independência (Sergipe 1820-1823)”, Matos

analisa as lutas políticas para que Sergipe alcançasse a condição de província e se incorporasse ao nascente Império. No percurso, examina os debates entre os deputados do Brasil e de Portugal nas Cortes Portuguesas e a complexa posição adotada pelos governos locais no vasto território do Brasil; o confronto entre as Cortes Portuguesas e o governo do Brasil, representado pelo Rio de Janeiro; as tensões entre as províncias do Norte e Sul do Brasil e, por fim, as relações entre as províncias do Norte, especialmente os conflitos entre Bahia e Sergipe, entrelaçados às lutas de Independência do Brasil e a autonomia possível das províncias. Com “O Rio Grande do Norte, a Independência do Brasil e o fantasma do federalismo”, Santos analisa as disputas territoriais entre as províncias do Rio Grande do Norte e a Paraíba e como a definição de seus limites e fronteiras se relacionou com o embate de projetos para o novo Estado. O autor discute como a proposta de garantir a unidade territorial e a centralização política esteve ameaçada pela força das ideias de federalismo que circularam antes e após a Independência nessas províncias, um tema pouco visitado pela historiografia.

Na sequência, Renata Ferreira de Oliveira nos faz pensar sobre a situação da população indígena, particularmente aquela que habitou a região da Bahia conhecida como Sertão da Ressaca, hoje Sudoeste Baiano. A autora parte das questões: como incorporar os indígenas ao Estado e à Nação que se queria formar? Como construir uma nação homogênea em um território com múltiplas tradições e formas organizacionais próprias? Em seu artigo, “Entre ser “bravio” e trabalhador: os indígenas do Planalto da Conquista e a política indigenista imperial”, Oliveira analisa a ideia de “civilizar” os indígenas através da catequização como caminho proposto para integrá-los à sociedade na condição de trabalhadores, de braços para a agricultura e a indústria. A efetivação do projeto foi garantida pela atuação violenta do Estado e da Igreja, que submeteram a população indígena mediante a organização dos aldeamentos e colônias agrícolas e a usurpação das terras, fenômenos que repercutem, até hoje, na vida dessas populações.

O artigo seguinte, “A(s) Independência(s) do Brasil e suas comemorações: reflexões sobre passado e presente”, de autoria de Maria Aparecida Silva de Sousa e Nora de Cássia Oliveira Gomes, aponta algumas questões acerca dos desafios para a construção da Nação brasileira em meio às tensões sociais, desigualdades econômicas e violências de variado tipo que marcaram as origens do Estado nacional. As autoras propõem uma reflexão sobre as condições pelas quais se efetivou a Independência do Brasil (1822/1823) e os significados das comemorações em seu centenário (1922) e bicentenário (2022), com enfoque nos desafios para a nação em tempos passados e contemporâneos.

O dossiê finaliza com uma entrevista concedida pelo historiador João Paulo Pimenta, professor livre-docente do Departamento de História da USP, para as organizadoras, na qual reflete sobre o impacto transformador da Independência para a História do Brasil e analisa a importância dos estudos historiográficos, em suas novas abordagens, para dimensionar o acontecimento em si e a dinâmica dos processos, como também ampliar o olhar sobre as conexões entre história, historiografia e memória. Ao afirmar sobre as transformações revolucionárias, no campo político, propiciadas pela força avassaladora da Independência que impulsionou “o surgimento de um Estado, uma nação e uma identidade nacionais

brasileiros que até então não existiam”, Pimenta também destaca os aspectos conservadores que marcaram o árduo processo de construção da unidade territorial e política do novo país. As comemorações do bicentenário da Independência possibilitaram, entre outras questões, a produção e divulgação de um vasto material sobre o tema da Independência e seus desdobramentos, jogando luz sobre muitas questões que ainda estavam obscuras e, como não poderia deixar de ser, abrindo caminhos para novas investigações.

Esperamos que os leitores possam, por meio desses textos, usufruir do esforço dos nossos/as historiadores/as em ampliar e divulgar conhecimento histórico de qualidade.

Boa leitura!

As organizadoras.

Data de aprovação: 14/07/2023
Copyright (c) 2023 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)